

5.18. GESTÃO DE ACERVOS E INCLUSÃO: O CASO DO MUSEU DO DOCE

Renan Marques Azevedo da Mata

Discente Bacharelado Museologia

Universidade Federal de Pelotas

renanazevedomarq@gmail.com

Noris Mara Pacheco Martins Leal

Doutora Memória Social e Patrimônio Cultural

Professora Adjunta do Curso de Museologia

Universidade Federal de Pelotas

norismara@gmail.com

Resumo: Esse texto tem o objetivo de refletir a relação entre documentação e gestão de acervos museológicos, na perspectiva da inclusão, e como esses processos técnicos, administrativos, educacionais, influenciam e são determinantes para garantia de acessibilidade nas instituições. Debateremos a rede de significados nos processos da relação da gestão política, pública, educacional e cultural que estão no cerne dos museus, seus processos de patrimonialização, formação dos profissionais da área, aliando compromisso, responsabilidade e diálogo com a sociedade; sendo esse um dos desafios para serem superados, a fim de, efetivamente, dar lugar de protagonismo social para os sujeitos da ação que constroem e dão manutenção para o patrimônio cultural, tal como os profissionais atuantes. O exemplo é destacado pelas ações do Laboratório de Documentação Museológica do Bacharelado em Museologia da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), trazendo conceitos chaves de documento, informação, comunicação e acessibilidade para a disseminação do conhecimento, que é dinâmico, pois os públicos devem interagir sobre os conhecimentos e que haja garantia da organização e acesso às informações de forma livre, plural e democrática nas instituições. Ou seja, uma relação dialógica com a sociedade, um exercício de cidadania onde a educação, a documentação museológica e os museus devem pensar e agir em prol de ações eficazes na difusão científica.

Palavras-chave: Gestão de Acervos, Documentação Museológica, Inclusão, Acessibilidade, Museu do Doce da UFPEL, Difusão Científica.

Introdução

Há exatos 38 anos acontecia na capital chilena a Mesa Redonda de Santiago do Chile, onde discutiu-se a condição dos museus na América Latina. Antes de dar continuidade, precisamos lembrar que este território tinha várias ditaduras em pleno desenvolvimento e que o Chile, vivia naquele momento uma das raras experiências socialistas que havia chegado ao poder através das urnas. O país tinha o ambiente propício para a discussão sobre o papel dos Museus na Sociedade. Em 1971, conforme Varine (2010) na Conferência Geral do ICOM na França havia sido colocado a importância do meio ambiente na vocação dos Museus.

Como conclusões principais, Varine (2010) destaca dois pontos deste encontro que a noção de Museu Integral, ou seja, a instituição que leva em consideração a totalidade dos problemas da sociedade, assim como as instituições museológicas deveriam ser entendidas como ação. E, quando falavam em ação pensavam no museu como instrumento de mudança social. Ora, o que entendemos como mudança social a partir dos museus. É preciso entender que esta instituição não é somente para o deleite da população, mas sim uma fonte de desenvolvimento. E o Museu só pode ser fonte de desenvolvimento se for fonte de conhecimento, ou seja, de educação.

Refletindo acerca do engajamento social dos museus nessa nova reformulação de concepções e formas de atuações nas instituições, há um esforço crescente e práticas minuciosas a fim de estabelecer uma conscientização de dentro para fora e de fora para dentro dos museus, objetivando a necessidade de transformações com base na intensificação dialógica entre técnicos e sociedade. E, isso é fundamental para observamos às transformações técnicas de atuação dos profissionais de museu, na tentativa de estreitar uma relação sólida com os públicos, os convidando para exercerem seu protagonismo e colocar em voga o papel de escuta desses profissionais. Dar voz é importantíssimo, mas também entender o lugar de escuta, além da fala, é mais do que essencial!

Ao falarmos dessa rede de significados, é nosso dever anunciar os meios que servem como pontes para um amplo acesso no que diz respeito à inclusão social, sem qualquer impedimento para o livre acesso dos públicos em relação aos documentos que constituem um acervo museológico. Precisamos, reiterar a importância da pesquisa dentro da documentação museológica, que é considerado um dos pilares desta área.

No Brasil, legislação específica para os museus (Lei 11904/2009; Decreto 8124/2013) que normatiza a acessibilidade nestas instituições, criando programas com a finalidade de que às instituições, em todo o território nacional, tenham estrutura para estabelecer um amplo acesso para às variadas necessidades. Neste artigo trataremos em específico de acessibilidade comunicacional e atitudinal. Por fim, estabelecer,

também, uma relação da documentação com a educação e como a estrutura educacional, do ciclo básico ao ensino superior, podem e devem atuar conjuntamente para que as redes se mantenham vivas e ecoando conhecimento e transformação na vida social das pessoas.

Museu do Doce (MDU) - Museu Universitário

O Museu do Doce (MDU) é uma instituição pública, universitária, vinculada ao Instituto de Ciências Humanas (ICH) da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL). Foi aberto ao público em 2013, atendendo a demanda de parte da comunidade doceira e tem como missão a salvaguarda dos suportes de memória da tradição doceira em Pelotas – Rio Grande do Sul (RS). A sede do museu encontra-se na Praça Coronel Pedro Osório, 08 – Centro (Pelotas, RS).

Com base no critério de que um museu universitário é aquele que está parcial ou totalmente sob a responsabilidade de uma universidade (gestão, salvaguarda do acervo, recursos humanos e espaço físico) (...) 162 museus universitários distribuídos em 79 municípios, sendo que 47,5% estão em capitais. Estes museus, em sua maioria, são instituições federais (83), seguidas das estaduais (47), privadas (30) e municipais (2). (MARQUES; SILVA, 2011).

Como um museu universitário, ele tem a característica, também, de ser um laboratório de ensino e abrigar diferentes projetos, principalmente dos cursos de Bacharelado em Museologia e em Conservação e Restauração.

Projeto de Ensino de Documentação Museológica

O Laboratório de Documentação Museológica (DocMuse-UFPEL) da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), é um órgão vinculado ao Instituto de Ciências Humanas (ICH), responsável pela realização de projetos de extensão, pesquisa e ensino nas áreas de atuação vinculadas à documentação museológica.

A equipe do Laboratório composta por uma docente, cinco discentes do Bacharelado em Museologia e uma doutoranda em Memória Social e Patrimônio Cultural, é responsável pelo projeto de ensino, intitulado Organização da Documentação Museológica do Museu do Doce da UFPEL. É baseado em uma relação aluno, professor, técnicos, colaboradores do museu a fim de estabelecer uma construção teórico-prático no curso de museologia. Este curso da área das ciências sociais aplicadas tem um caráter

humanístico técnico e esse projeto expande a formação pautado nessa premissa, um laboratório para práticas ligadas às disciplinas de documentação museológica.

O projeto iniciou em março de 2019, no Museu do Doce (MDU), e tem como objetivo desenvolver um sistema de documentação para o acervo da instituição. Diferente das outras instituições museológicas da UFPEL, este museu por ter sido criado há seis anos não possui, nenhum sistema de catalogação anterior, possibilitando aos discentes a experiência de participar da criação de todas as ferramentas de catalogação, além da participação no acondicionamento do acervo e organização da reserva técnica.

No primeiro momento foram desenvolvidos alguns modelos de fichas catalográficas que passaram a ser adequadas de acordo com a necessidade do museu. A princípio foi priorizado o preenchimento das fichas e o tombamento das peças. Com o passar dos meses viu-se a necessidade de desenvolver um banco de dados virtual, sendo realizado arranjos em programas de processamento de textos e planilhas para que fosse estabelecido a salvaguarda, gerenciamento e armazenamento das informações na internet.

Para melhor desenvolver o trabalho, se fez necessário organizar a reserva técnica da instituição, que até então não tinha ocupado o seu lugar definitivo. Primeiramente, foi realizada a transferência do acervo para a sala destinada. Nos primeiros meses de atuação da equipe no Museu do Doce, esta foi a prioridade: alocação, organização e acondicionamento das peças e do espaço, o que fez com que o processo de catalogação andasse muito lentamente, no primeiro semestre, daquele ano. O cronograma foi recuperado com auxílio de estagiários curriculares dos cursos de Museologia e de Conservação e Restauração, que se somaram a equipe, assim foi possível organizar grande parte do acervo, tombá-lo, catalogá-lo e acondicioná-lo, ainda atualizando todas as informações no sistema online.

No início de 2020, a reserva técnica recebeu mais estantes para acondicionar o acervo o que possibilitou uma melhor organização dos objetos, que aumentaram muito em número, tendo em vista as diversas ações do Museu, a comunidade passou a procurar a instituição para fazer doações. Para facilitar o acesso aos objetos foi organizado o sistema de localização para a reserva técnica colaborando com a localização dos objetos de forma sistemática.

Para a sequência e aprofundamento das ações estas foram divididas em três segmentos de trabalho, são elas: catalogação, pesquisa e acondicionamento. Cada segmento ficou sob a responsabilidade de uma parte da equipe de trabalho. O segmento da catalogação é responsável por identificar e registrar no livro tomo os objetos, preencher as fichas de catalogação, transcrever para a planilha online e fazer o registro fotográfico. A equipe de pesquisa é responsável por realizar entrevistas com os doadores, além da organização dos termos de doação e aprofundar em outras fontes a busca de informações sobre a história dos doces em Pelotas. A equipe de

acondicionamento é responsável por higienizar e desenvolver embalagens para as diferentes tipologias de acervos que a instituição possui.

Desenvolvimento

O conceito de documento é bastante amplo, varia a sua compreensão conforme a área do conhecimento, podendo ser considerado como uma evidência de provas e fatos. Na museologia entende-se como documento aquilo que é portador de informações com a função de transmitir algo a alguém. Complementando, tudo pode ser um documento desde que lhe seja atribuído valor; e este no caso da museologia acontece a partir do momento em que ele perde a sua função primordial, usual, para se transformar em uma carga de significados e estabelecer através destes suas representatividades. Para Pomian (1984), quanto mais significado se atribui a um objeto, menos interesse tem sua utilidade.

Embora haja a necessidade de validação no que se refere ao documento, é fundamental a pesquisa para aprofundar e validar as informações, de cada objeto de um museu. Com isso estreitar a relação entre testemunhos, evidências na construção dos discursos narrativos e expositivos. Logo é de suma importância que haja a gestão de acervo com base em sistemas de informações eficientes, com exatidão e clareza para que se amplie e consolide estratégias de preservação.

A fim de introduzir a discussão do que é documentação museológica e para que(m) ela está a serviço, gostaríamos de destacar como é pensada a museologia contemporaneamente, a fim de estabelecer uma relação da disciplina científica e suas aplicações técnicas estruturantes.

O campo do conhecimento dedicado ao estudo e análise do Museu enquanto representação da sociedade humana, no tempo e no espaço. Abrange o estudo das múltiplas relações existentes entre o humano e o real, representadas sob diferentes formas de museus: museus tradicionais, baseados no objeto; museus de território, relacionados ao patrimônio material e imaterial das sociedades do passado e do presente; museus da natureza; museus virtuais/digitais. Como disciplina acadêmica, tem metodologias específicas de trabalho, relativas à coleta, preservação, documentação e comunicação do patrimônio da Humanidade (SCHEINER, 2012).

E, por documentação museológica é entendida como o conjunto de atividades e procedimentos técnicos utilizados para a organização das informações sobre cada um dos objetos do acervo de instituições museológicas, no que concerne a cultura humana em sua diversidade de aspectos e cosmovisões, organizando, sistematizando

e preservando seu patrimônio que, representa determinadas identidades culturais - como é o caso do Museu do Doce, atuando na decodificação e organização dos fragmentos da história da produção de doces em Pelotas (RS), com o propósito de salvaguardar o bem cultural e seus testemunhos através dos objetos do acervo, em seus processos de seleção, armazenamento, produzindo conjuntos de informações, para que sejam utilizadas na construção de uma comunicação coesa.

Documentar é um trabalho de extrema importância no que diz respeito a gestão do acervo, pois ele armazena memórias, no sentido simbólico e material, ambos não estão dissociados, sendo necessária clareza e exatidão nos dados coletados e alinhamento com a missão do museu, e com isso recuperar, preservar, dar suporte com controle e segurança dos documentos, em sua ampla concepção. Se faz essencial para os profissionais dessa área, entenderem a dimensão desse trabalho e sua vasta complexidade para com a mobilidade da instituição; dialogando com outros setores do museu e construindo conjuntamente com a sociedade às narrativas, em suas múltiplas identidades e pertencimentos. Dada relevância dessa atividade, entendessem que o resultado se torna eficiente quando há uma plenitude no que diz respeito às pontes estabelecidas entre informação e comunicação pautando-se essencialmente em ideais democráticos, livres e plurais. Sendo assim, é necessário deixar claro que o protagonismo é de todos os envolvidos, seja no processo ou no fenômeno museológico. O museu deve estar ao alcance de todos; a produção da documentação necessita de ações como planejamento, políticas de aquisição e descarte, armazenamento, processamento, pós-processamento, publicação e disponibilização; utilizando equipamentos, programas; formatos de arquivos; e produtos (TORRES, 2016).

Além disso, é central analisarmos a importância da preocupação empática, com alteridade, na esfera da comunicação, visando a disseminação das informações dos acervos museológicos, a qual deve ser feita com muita serenidade, igualdade na diferença, justiça social e zelo com o que é público. Não é atoa que, no Estatuto dos Museus, normatiza os programas de acessibilidades como uma ação nas instituições museológicas. Optamos por utilizar no plural, pois as formas de acessibilidade são diversas. Neste texto, vamos tratar sobre aqueles que, são mais destacadas para a área de documentação museológica, ou seja o livre acesso à informação, ao conhecimento, sem exceções e barreiras, utilizando instrumentos democráticos para este fim.

Para que a comunicação da informação se torne eficaz, ela precisa atingir os diferentes públicos de museu, isto é, deve ser compreensivelmente clara, com vistas ao comprometimento e engajamento dos públicos com as exposições. Em outras palavras, a comunicação deve provocar neles (públicos) a busca por um relacionamento estreito entre si e os objetos (SOARES, 2017).

Ao falarmos sobre inclusão e acessibilidade, queremos deixar claro que aqui está sendo feito um recorte que é especificamente ligado a interação do trabalho de documentação museológica com a acessibilidade comunicacional e atitudinal; ações que, não são exclusivas desta área e que todos os setores do museu devem desempenhar. Para entender melhor a extensão do tema, Romeu Kazumi Sassaki (1997) escreve em sua dedicatória do livro *Inclusão: Construindo uma sociedade para todos*:

Dedico este livro às pessoas que acreditam no paradigma da inclusão social como o caminho ideal para se construir uma sociedade para todos e que por ele lutam para que possamos juntos na diversidade humana cumprir nossos deveres de cidadania e nos beneficiar dos direitos civis, políticos, econômicos, sociais, culturais e de desenvolvimento (SASSAKI, 1997).

Esta obra é de grande importância para entendermos a abrangência e a importância da inclusão na vida social, da educação, à economia. Mas quais são os tipos de acessibilidades existentes? Qual deve ser a atuação dos museus para garantia do acesso democrático com inclusão?

Segundo Sassaki, os tipos de acessibilidade existentes são: acessibilidade arquitetônica (sem barreira física), instrumental, programática, metodológica, atitudinal, digital e comunicacional. Vale deixar registrado que esses são os tipos de estruturas de acessibilidade que em um círculo de ações, torna os museus um ambiente apto para lidar com a diversidade humana.

No Decreto Lei 8124, de 2013, que regulamenta a Lei Federal 11.904, no parágrafo único do Art. 23 é definido que os projetos e ações relativas à acessibilidade universal nos museus, deverão ser explicitados em todos os programas integrantes do plano museológico ou em programas específicos, resultado de agrupamento ou desmembramento (Brasil, 2013). Conforme a regulamentação, as equipes dos museus devem pensar acessibilidade quando desenvolver os programas institucionais, de gestão de pessoas, de acervos, de exposição, nas ações educativas, no planejamento arquitetônico, na segurança, no financiamento e fomento, na comunicação e com responsabilização socioambiental.

Para discutirmos a acessibilidade na gestão de acervos vamos nos ater em dois tipos que são: a atitudinal e a comunicacional.

A acessibilidade atitudinal é uma política geral que a instituição deve seguir, agindo na implementação de suporte cognitivo, afetivo e emocional. Pautando na sensibilidade do olhar para e com o outro, sem julgamento de juízo de valores, abominando estigmas, discriminações e pré-conceitos. Ou seja, um ambiente comprometido com a extinção de barreiras e entendimento da dimensão da acessibilidade. Logo,

todos os demais tipos de acessibilidade estão relacionados a essa, pois é a atitude da pessoa que impulsiona a remoção de barreiras.

O Sassaki (1997) apresenta preceitos a respeito da dimensão acessibilidade comunicacional em vários campos, seja no lazer, educação e/ou trabalho. Ele nos informa que essa acessibilidade diz respeito às questões de livre acesso de informações, em seus variados formatos; os físicos aos virtuais (audiovisuais) e como esses dois mundos devem andar de mãos dadas para questões de inclusão, acessibilidade e democratização da informação. O mundo web, hoje, é inerente aos meios de comunicação. De modo que esses mundos, no contexto da modernidade, não estão desassociados.

Pensar em inclusão é aniquilar a ideia de exclusão social. E um dos papéis fundamentais dos museus nessa questão é repelir a segregação institucional. Em parceria concreta das instituições de cultura e às escolas, pode ser possível incluir e dar espaço para os sujeitos marginalizados na ótica social. No Brasil, inicia-se um movimento pela inclusão só em 1979. A partir da década de 80, mais especificamente com a aprovação da Constituição da República Federativa do Brasil em 1988, foi dado o primeiro passo para a educação especial e inclusão. Antes deste marco para o Estado Democrático de Direito, havia o apagamento e a exclusão de pessoas com diversos tipos de necessidades.

Embora conste no Artigo 208 o dever do Estado com a educação e mais especificamente no inciso III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino; ainda faltam ações efetivas com inclusão. Ou seja, o combate à exclusão com inclusão é evidentemente uma necessidade urgente.

Além do mais, é prudente associarmos acessibilidade e inclusão para não anular às necessidades, vulnerabilidades dos indivíduos, a fim de que essas ações estejam onipresentes no cotidiano. Nos convém admitir que:

A acessibilidade é um atributo essencial do ambiente que garante a melhoria da qualidade de vida das pessoas. Deve estar presente nos espaços, no meio físico, no transporte, na informação e comunicação, bem como em outros serviços e instalações abertos ao público ou de uso público, como teatros, cinemas e museus. A acessibilidade gera resultados positivos e contribui para o desenvolvimento inclusivo e sustentável, sua implementação é fundamental. Deste modo, as decisões governamentais e as políticas públicas e programas são indispensáveis para impulsionar uma nova forma de pensar, agir, construir, comunicar e de utilizar recursos públicos para garantir a realização dos direitos e da cidadania integralmente (WILD, 2017, p.182).

O procedimento de inclusão tem sido desenvolvido no projeto de documentação museológica realizado junto ao Museu do Doce (MDU), para que em um futuro próximo o acervo esteja completamente catalogado, inventariado, tombado, digitalizado e pronto para que seja utilizados os seus conteúdos e informações possibilitando que através desta a comunicação museológica seja aperfeiçoada o conjunto das informações da instituição esteja acessível aos seus públicos.

Há então uma relação, digamos assim, natural entre documentação e educação. Mas, obviamente, é um desafio para os museus agir com eficácia no que se refere ao diálogo e espaço de escuta/fala dos públicos. Os processos de documentação devem servir para a sociedade, e os museólogos e/ou profissionais de museus, devem entender o ofício da responsabilidade social, para que haja uma construção e consolidação de pontes a fim de os sujeitos se conectem com a sua história para reconhecer e redescobrir o lhas dão identidade (WILD, 2017).

Esse sujeito que se identifica com o bem cultural, patrimonial é capaz de criticar sua própria realidade entendendo os museus como espaços que não estão isentos das discussões, inquietações e acontecimentos de natureza humana e seu meio ambiente.

Portanto, devemos entender que cada vez mais é necessário colocarmos em prática as ideias de 1972 e termos claro que os museus só podem ser fonte de desenvolvimento se forem fontes de conhecimento. Às instituições museológicas devem exercer seus papéis e agir em prol deste desafio que é colocar a ciência acessível e parte integrante da vida social e de seus atores. O acesso às informações deve estar ao alcance de todos exercendo os preceitos democráticos, e por isso é de suma relevância os museus exercerem de forma ampla a difusão científica.

Referências

DE VARINE, Hughes. A respeito da Mesa-Redonda de Santiago do Chile (1972) In: BRUNO, Maria Cristina (org). **O ICOM/Brasil e o pensamento museológico brasileiro: documentos selecionados**. São Paulo: Pinacoteca do Estado - Secretaria de Estado da Cultura; Comitê Brasileiro do ICOM, 2010.

MARQUES, Roberta S.; SILVA, Rejâne Maria L. **O Reflexo das políticas universitárias na imagem dos museus universitários: o caso dos museus da UFBA**. Revista Museologia e Patrimônio, 2011. Disponível em: <<http://revistamuseologiaepatrimonio.mast.br/index.php/ppgpmus>>.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. WVA, 1997.

SCHEINER, Tereza Cristina. **Repensando o Museu Integral**: do conceito às práticas. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas, v. 7, n. 1, p. 15-30, jan.-abr. 2012.

SOARES, Ednaldo. **Documentação e Informação no Contexto Museológico**. Mestre e Doutor e pós-doutorando em Administração. Integrante de grupo de pesquisa na Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia (EAUFBA).

TORRES, Rodrigo. **Técnicas de documentação do patrimônio cultural** (Mini curso). Salvador: Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade Federal da Bahia (MAE-UFBA), abril/2016.

POMIAN, Krzysztof. **Coleção**. Enciclopédia Einaudi; Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1984.

WILD, Bianca de M. Os Ecomuseus e museus comunitários e os desafios da acessibilidade e da inclusão. **Revista Museologia e Interdisciplinaridade**, v. 6, n. 12, p. 180-191, jul./dez. 2017.

WILD, Bianca de M. **Acessibilidade, inclusão e Museologia social**. Rede de Redes diálogos e perspectivas das redes de educadores de museus no Brasil, 2017.